

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Marcella Marques Rangel

**O direito à inclusão da pessoa com deficiência:
desafios da formação docente.**

Monografia apresentada à Graduação em História da
PUC-Rio como requisito para obtenção do título de licenciatura
e bacharelado em História.

Orientadora: Juçara da Silva Barbosa de Mello

Rio de Janeiro, Junho de 2023



Marcella Marques Rangel

O direito à inclusão da pessoa com deficiência: desafios da formação docente.

Trabalho de Monografia de final de curso

Monografia apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio), como requisito para a conclusão da graduação em História.

Orientação: Juçara da Silva Barbosa de Mello

Por Emmanuel José, meu sobrinho do coração

Agradecimentos

Primeiramente quero agradecer a *Deus*, e ao seu filho Jesus Cristo que foi meu maior sustento durante esses anos de graduação. Foi Ele quem me deu discernimento, inteligência e capacidade para concluir meus estudos e a minha Mãezinha do céu Nossa Senhora Aparecida, que por inúmeras vezes foi minha intercessora nas horas desafiadoras e de maiores angústias, me amparando e me ajudando através de seu amor de mãe e levando os meus pedidos para junto de Deus trazendo alívio ao meu coração.

Dedico este trabalho ao meu filho Paulo Vitor, que foi através dele que me surgiu o desejo de ter respostas que não fossem genéricas para explicar o mundo à sua volta. Para que desde pequeno ele pudesse reconhecer o diferente com empatia e respeito. Por ele eu enfrentei todas as dificuldades de estar na faculdade com um bebê em casa, me articulando para ter que conciliar o estudo e a maternidade em meio a pandemia para que ele pudesse um dia ter orgulho da mãe que eu posso ser para ele.

Também dedico todos esses anos de graduação à minha mãe Selma, que deu um duro danado para que hoje eu pudesse chegar onde cheguei. Que nunca mediu esforços para que eu realizasse esse sonho que era de me formar na universidade. Mesmo que para isso acontecer, tivesse que abrir mão do seu próprio conforto. Foi por ela o incentivo de estudar, foi ela quem me levou durante anos no ponto de ônibus de madrugada para ter a certeza que eu chegaria bem na faculdade. E é por ela que eu nunca desisti!

Agradeço também às minhas irmãs e sobrinhos, por todo apoio durante esses anos e por acreditarem no meu sonho. Em especial minha irmã Roberta que é como uma mãe para mim e sempre fez questão de dizer com orgulho o quanto o fato de eu ter chego ao ensino superior era uma alegria para ela.

Obrigada a Ser Cidadão de Santa Cruz, que foram os primeiros a acreditarem em mim lá em 2016 quando eu nem imaginava que uma menina vinda de família pobre na Zona Oeste do Rio pudesse estudar na PUC.

Agradeço também por cada pessoa que passou pela minha vida durante o período da graduação. Minha gratidão em especial as minhas amigas Tamires e Cibele, que acompanharam cada um dos meus passos durante a faculdade, trazendo contribuição inestimável para a minha formação como profissional e também como pessoa. Obrigada pela escuta ativa e pelas incontáveis sugestões. Certa vez ouvi dizer que na universidade aprendemos tanto nas salas de aula como nos corredores e nas trocas com outros alunos, o que também faz parte da nossa formação maior que a nossa formação como ser humano.

Agradeço a minha grande amiga Victoria, que faz parte da minha vida como um todo e que trouxe ao mundo o Emmanuel que tem um dos papéis principais na escrita deste trabalho.

E também ao meu amigo Lucas, obrigada pelo incentivo e pelos saberes partilhados.

Agradeço a Juçara da Silva Barbosa de Mello, por ter me selecionado como bolsista no PET em 2021 o que me ajudou muito com minha permanência dentro da faculdade. Agradeço também por ter aceitado ser minha orientadora. A senhora é uma professora que faz diferença na vida do aluno por não se preocupar somente ensinar conteúdo mas, em ensinar com amor. Levarei para sempre seus aprendizados e lhe terei sempre como exemplo.

Ao meu professor Renato Pontes, que também me ajudou na escrita desta monografia e

por todas as suas opiniões construtivas no desde o início desse projeto.

A minha professora Silvia Brilhante, e toda a sua contribuição e sugestões.

Aos meus amigos do da igreja e especialmente do coral da Capelania de Nossa Senhora Aparecida.

Agradeço também a todo o grupo PET História PUC-Rio, por toda troca e parceria.

Ao Departamento e a toda família PUC no geral, desde o Reitor que me concedeu uma bolsa aos funcionários do elevador que sempre me transmitiram alegria durante o caos.

Finalmente ao meu namorado e agora colega de profissão Marcus, que me motiva a cada dia em ser professora por me mostrar que a profissão também é paga com amor. Obrigada por toda sua ajuda dentro de todo esse processo. Seu apoio foi primordial!

Resumo

A pesquisa “ O direito à inclusão da pessoa com deficiência: desafios da formação docente” pretende analisar a historicidade do tema **educação inclusiva**. O âmbito pelo qual situo o presente trabalho é na didática e a forma como o ensino irá se relacionar com o diferente. Partindo da premissa de que a inclusão é um ato possível a todos, este trabalho busca trazer alternativas viáveis para tornar o ensino de história mais inclusivo. Busco através deste trabalho situar a pessoa com deficiência como sujeito de direito, além de destacar a luta de pessoas com deficiência para ter acesso ao ensino, os desafios que elas enfrentam, e, ainda, trazer algumas reflexões sobre como docentes de licenciaturas vêm lidando com este desafio. Desse modo, irei discorrer sobre disciplinas presentes nas grades dos cursos de licenciatura em história em diferentes universidades do Rio de Janeiro para tentar entender onde está o déficit e o que as mesmas oferecem para essa discussão. O objetivo é desmistificar a ideia de que somente a matrícula é a solução e além disso trazer alternativas palpáveis de abordagens educacionais que contemplem a inclusão.

Palavras-chave: Educação; Educação inclusiva; Direitos; Currículo; História.

Abstract:

The research “The right to inclusion of people with disabilities: challenges of teacher training” aims to analyze the historicity of the theme of inclusive education. The scope by which I situate this work is in didactics and the way in which teaching will relate to the different. Based on the premise that inclusion is a possible act for everyone, this work seeks to bring viable alternatives to make the teaching of history more inclusive. I seek through this work to situate the person with disabilities as a subject of law, in addition to highlighting the struggle of people with disabilities to have access to education, the challenges they face, and also to bring some reflections on how undergraduate teachers have been dealing with this challenge. In this way, I will talk about disciplines present in the grids of history degree courses at different universities in Rio de Janeiro to try to understand where the deficit is and what they offer for this discussion. The objective is to demystify the idea that only enrollment is the solution and in addition to bring palpable alternatives of educational approaches that contemplate inclusion.

Keywords: Education; Inclusive education; Rights; Curriculum; History.

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1	
Inclusão: um direito de todos/(as)	16
1.2 A escola inclusiva	23
Capítulo 2	26
Quem está no meu “todos”?	26
2. 1 A luta das famílias pelo direito à educação	29
Capítulo 3	
O ensino de história para alunos com deficiência.	33
3. 1 Abordagem didática que contemple o “todos”.	33
3. 2 A formação continuada dos professores.	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
Anexos:	47
Bibliografia:	51

Lista de abreviaturas e siglas

AEE - Atendimento Educacional Especializado

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

ABA - Análise do Comportamento Aplicada

DUA - Desenho Universal da Aprendizagem

ENADE - Exame Nacional de Desenvolvimento Dos Estudantes

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Lista de figuras e gráficos

Figura 1 - Alternativa visual para ensinar história de maneira lúdica

Figura 2 - Quadro de recompensas possíveis para estimular alunos após alcance de objetivo

Figura 3 - Sequência didática para exemplificar mudanças e permanências históricas.

Primeira linha mostra a mudança do telefone através das décadas

Segunda linha as brincadeiras de crianças e construções históricas.

Gráfico 1 - Gráfico do Censo escolar onde consta informações da educação especial, evolução das matrículas na educação infantil e no ensino médio.

Gráfico 2 - Gráfico do Censo escolar onde consta evolução das matrículas de alunos com deficiência em escolas comuns e escolas especiais.

Gráfico 3 - Gráfico do Censo escolar onde consta evolução das matrículas de alunos e os tipos de deficiência.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”

Paulo Freire

Introdução

Este projeto tem como tema a educação inclusiva no Brasil na contemporaneidade. Objetiva compreender as dificuldades, sejam elas estruturais ou a falta de mediadores que minimizem ainda mais o aprendizado desses alunos. São inúmeros os desafios que a educação da pessoa com deficiência enfrenta para sua efetiva implementação nas escolas, especialmente pela falta de investimentos, materiais pedagógicos e pela falta de formação inicial e continuada dos professores. Nesse sentido, pretende-se analisar a legislação sobre educação inclusiva a partir de 1988, bem como currículos de cursos de formação de professores de história em universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro. Pretendo, com isso, evidenciar avanços e retrocessos que cercam o tema.

A inclusão da pessoa com deficiência é um direito social prescrito por lei, que está assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Garante-se que é um dever do Estado e da família. A vista disso, a educação é um dos direitos fundamentais para pessoas com deficiência. O art. 58^o da LDB, irá discorrer como a inclusão deve ser feita de maneira eficaz.

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (Redação dada pela lei n^o 12796, de 2013).¹

Portanto, a necessidade de ter conhecimento da lei é de suma importância. Isto poderá possibilitar uma maior eficácia na realização da mesma, pois implica na compreensão de que há um respaldo jurídico que assegura os direitos da pessoa com deficiência, fazendo com que o indivíduo e até mesmo seus familiares reivindiquem, no caso da mesma não estar sendo cumprida.

A lei que compõem a prática da educação inclusiva enfatiza a importância da participação de profissionais capacitados para exercer o direito à inclusão. A partir de minha própria experiência como estudante da Licenciatura em História, destaco dificuldades no que se refere a uma formação inicial/continuada e questiono de que forma o curso de história, especialmente, poderia contribuir para uma educação menos segregadora e mais inclusiva de

¹ Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11687013/artigo-58-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em 27 abr. 2022.

forma a exercer o papel de uma área de conhecimento que se propõe em interagir não somente com os alunos sem deficiências, mas com os que merecem uma atenção especial de forma a unir os dois grupos trabalhando com a interligação de ambos.

De forma geral o interesse por se aprofundar nessa temática perpassa a constatação da ausência de uma formação continuada para um maior conhecimento teórico dos professores, somada à desestruturação e adaptação das escolas.

O objetivo da pesquisa é evidenciar as dificuldades históricas que cercam o tema inclusão escolar. Considera-se que o conhecimento das dificuldades constitui o primeiro passo para a elaboração de estratégias para seu enfrentamento com vistas à superação. O conceito se atribui a mobilizações e lutas históricas para ocupar um espaço de direito que é negado a muitas pessoas.

Atualmente, a inclusão escolar da pessoa com deficiência vem sendo motivo de muitos debates entre gestores, professores e pessoas com deficiência. Historicamente, o sistema educacional segrega e exclui essas pessoas do convívio escolar, o que resultou na falta de preparo dos professores e no crescimento das dificuldades. Deste modo, no primeiro capítulo busco trazer informações ao que se refere a inclusão como um direito de todos e o que de fato deveria ser a inclusão escolar.

Analisando este problema procuro evidenciar alguns exemplos de pessoas no presente que lutam pelo direito à inclusão escolar e os desafios que elas enfrentam e como o ensino de história pode contemplá-los fazendo com que seja compreendido pelos demais alunos apenas como uma característica da diversidade humana e como um sujeito de direito.

O ensino inclusivo fundamenta-se na diversidade humana. Neste aspecto, a inclusão da pessoa deficiente não deve ser compreendida como um elemento acessório da História, mas como um componente influente e presente. Inerente a isso, a deficiência deve ser vista, não apenas como parte, mas como elemento essencial da diversidade humana. (Lemos, 2016).

A partir do que foi pontuado por Lemos, podemos compreender a diversidade humana como ferramenta principal para o desenvolvimento na escola e como a disciplina histórica pode ajudar a desenvolver essa visão partindo da perspectiva dos tradicionalmente excluídos. Existe a necessidade de evidenciar a luta dos considerados inferiores a fim de fortificar suas causas. O ensino de história deve procurar dar protagonismo aos estudantes deficientes, abordando a diversidade humana. Segundo Menezes, em, “História: uma proposta de aula na perspectiva da inclusão”, este exercício torna-se fundamental para o processo histórico.

Entender suas reivindicações e ouvi-los ajuda a encontrar novos caminhos para a educação inclusiva. Dentro das inúmeras dificuldades que os próprios alunos enfrentam no âmbito escolar, os professores não estão isentos disso, pois a identificação de um aluno com deficiência pelos professores ainda é muito limitada. A inclusão escolar não deve apenas ser o ingresso de um aluno em uma escola de ensino regular, conforme aponta Luís Henrique da Silva:

“Considerando que devemos compreender por Inclusão Escolar, não a simples inserção do aluno com deficiência na sala regular, mas seu desenvolvimento integral para organizar repertórios culturais que lhe permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, formulando explicações para questões do presente e do passado, as atividades apresentadas, apesar de contribuírem com um aspecto do aprendizado, ou seja, a memorização, parecem ainda estar distantes dos aspectos inclusivos esperados, pois desconsideram as dificuldades dos alunos em compreender as atividades, e não constroem uma aprendizagem realmente significativa, mas, a memorização mecânica de uma informação.” (SILVA, 2015,p 25)

O projeto de incluir deve ser unânime e contemplar toda a historicidade que ele carrega. A ideia de incluir é consideravelmente vista como positiva por muitas pessoas, sendo que muitas delas não reconhecem de fato toda a atenção que este tema precisa. Se por um lado todos reconhecem essa importância do incluir, por outro o questionamento de como fazer isso é enorme.

Para Fernando Seffner, existe um grande desafio no processo de inclusão escolar que não é amplamente discutido e que coloca o professor que já entra na escola (sala de aula) totalmente perdido como o principal salvador desse sistema segregador.

“Mas o desafio vai além da aceitação, o compromisso maior da escola é com a garantia das aprendizagens desses alunos, pois escola é lugar de aprendizagens, essa é a tarefa da escola e principalmente do professor, o profissional que lá está para organizar, coordenar e avaliar os processos de aprendizagem.” (SEFFNER, 2007.p, 5)

Essa demanda de alunos excluídos e que precisam ser inseridos em um sistema educacional falho pode ser motivo tanto de frustração para o aluno como principalmente para o professor. O ideal é investir em políticas de formação de professores de história e de todas as licenciaturas no geral na tentativa de os tornarem capazes de fazer a diferença no aprendizado desses alunos, pautando-se na necessidade de se trabalhar a dimensão teórica e

reconhecendo que um professor só se torna inclusivo de fato na prática, embora tenha situações adversas.

Somando-se a isto, as universidades apresentam um déficit em suas formações práticas onde temos como exemplo a falta de disciplinas que preparem os futuros professores para trabalhar com alunos com deficiência. Esta ausência deve ser vista como prejudicial, pois deve-se buscar uma solução na formação inicial para que haja uma capacitação verdadeiramente dita, onde os cursos de licenciatura trabalhem com materiais que possibilitem aos futuros professores a conclusão de seus cursos de licenciatura aptos para trabalharem com estudantes com deficiência. Nesse sentido, discorre de maneira breve as grades das licenciaturas em história pontuando os aspectos que atendem a inclusão e onde há o déficit.

Portanto, deve existir uma intervenção nos sistemas de ensino, de modo a fazer cumprir as exigências da legislação vigente. Tais como: adaptação física do espaço escolar, capacitação do corpo docente e dos demais componentes da comunidade escolar, entre outros recursos que são necessários para as unidades que recebem alunos com deficiência.

O professor deve ser um ponto de encontro entre o profissional que atua no AEE (Atendimento Educacional Especializado)² para junto dele realizar práticas de ensino que busquem incluir o aluno na disciplina.

Entendendo-se também que essa temática é atravessada pelos assuntos que foram expostos acima. Além disso, este trabalho também pretende abordar a discussão sobre valores éticos, de modo que possa estimular o aluno para o entendimento da construção histórica, respeitando-se a diversidade. Portanto, para sensibilizar os estudantes e os comprometer com a prática de inclusão compreendendo a relevância social do assunto, trazendo o comprometimento em defesa da inclusão e os tornando atuantes em temáticas como essas para construção de uma sociedade melhor.

Deste modo, evidenciando como o aluno só é sensibilizado por aquilo que ele conhece busco trazer a abordagem do Desenho Universal da Aprendizagem. Tal abordagem, para além de ser um planejamento que reconheça a deficiência e particularidade de cada aluno, compreende também a importância de uma educação que contemple a todos os alunos sem a necessidade de uma adaptação futura, que é o principal motivo dos materiais adaptados que marcam ainda mais essa desigualdade no aprendizado.

² O AEE visa auxiliar estudantes que possuem alguma necessidade especial. Está voltado para suprir as demandas educacionais da pessoa com deficiência.

Capítulo 1

Inclusão: um direito de todos/(as)

A inclusão está totalmente relacionada ao entendimento da cidadania. Considerando que, para a pessoa com deficiência a dignidade está muito na perspectiva de usufruir dos seus direitos. Inserir a pessoa com deficiência na escola requer entendimento básico de alguns aspectos que se relacionam com essa prática. Existem muitas dúvidas do que de fato é a inclusão e como ela deve ser vivida na prática escolar.

Buscarei discorrer sobre o assunto "inclusão" formalizando uma contextualização com os conceitos que perpassam a temática e o que seriam elas: leis, decretos e legislações que regem o direito à educação para todos. A fim de ponderar os percursos por ela percorridos até chegarmos à atualidade.

A maior importância ou até mesmo primordial dentro do ensino escolar é reconhecer que o direito à educação da pessoa com deficiência, seja ela física ou intelectual, não deve ser vista como um assunto limitado a um determinado grupo (que seriam os pedagogos) ou professores que atuam no AEE. A educação inclusiva diz respeito a toda a comunidade acadêmica, juntamente da sociedade além de ser uma política pública que tem por objetivo:

“A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.” (BRASIL, 2008, p, 14)

Porém, na atualidade ainda encontramos dificuldades para tratar o assunto “inclusão” e determinar àqueles que seriam diretamente responsáveis por esse assunto. A sociedade ainda

está envolta de preconceitos em aceitar as diferenças e no âmbito escolar, que podemos dizer se tratar do lugar mais importante para que ocorra essa inclusão do aluno com deficiência, fazendo que efetivamente ele se torne um sujeito de direitos, o caminho a ser percorrido fica cada vez mais árduo.

Por muito tempo, dentro do contexto histórico, a pessoa com deficiência era totalmente excluída da sociedade na Idade Média, pessoas que apresentavam qualquer tipo de deficiência, seja ela intelectual ou física eram vistas como doentes ou incapazes.

Com isso, eram excluídas da sociedade alegando-se que essas pessoas tinham algum pacto com demônios e por isso era necessário a execução das mesmas. Após esse momento começou-se a pensar nessas pessoas, porém, de forma segregadora. Ou seja, tratava-se de inserir esses indivíduos em espaços que os limitavam em razão de sua deficiência. Enfatizando assim, o conceito biomédico da deficiência, essa perspectiva fomenta a discussão acerca da visão discriminatória, que serve de apoio a se pensar a incapacidade da inclusão. O conceito médico refere-se a pessoa com deficiência apenas como um sujeito que precisa de cura para assim ser inserido na sociedade.

O modelo médico é aquele que considera a deficiência como um problema do indivíduo, diretamente causado por uma doença, trauma ou condição de saúde, que requer cuidados médicos prestados de forma de tratamento individual por profissionais. Assim, o tratamento da deficiência está destinado a conseguir a cura, ou uma melhor adaptação da pessoa e uma mudança de conduta. (LEITE 2012, p.46)

Enxergar a inclusão através do conceito biomédico nos direciona para uma incompletude ao que se refere a aceitar essas pessoas dentro dos espaços coletivos. Limitá-los às suas deficiências onde selecionam espaços que possam ou não ficar perpetuados na segregação da pessoa com deficiência.

A partir do século XX, começa-se a pensar na integração no campo escolar, mas o aluno deveria buscá-la por meios próprios, adaptando-se ao ambiente escolar. Essa integração seria nada mais que inserir esse aluno com necessidades especiais dentro de uma escola e o manter isolado dos demais.

Segundo Sá (2009, p.26) “A denominada educação inclusiva nasceu nos Estados Unidos, pelas mãos da Lei Pública 94.142, de 1975.” Foi o tocante para movimentar projetos voltados para a educação inclusiva.

Tentando romper com o conceito médico da deficiência, começa-se a pensar no Conceito Social da Deficiência, onde olha-se para a pessoa com deficiência para além da sua deficiência. Considerando-se olhar para esse indivíduo como um sujeito social que não deve ser limitado.

A Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência traz ao mundo jurídico um modelo social da deficiência procurando ressaltar a importância de discutir assuntos referentes à pessoa com deficiência no campo social e assegurando seus direitos, assim como o principal que se refere à igualdade. Reconhecendo que a discriminação da pessoa com deficiência caracteriza-se como violação à dignidade, entende-se como deficiência na convenção que a mesma não deve ser limitada a sua catalogação.

Deste modo, a deficiência não será restrita a uma catalogação, ou seja, está descrita a um rol taxativo. Procura-se entender as deficiências como abertas, que apresentam diferenças entre si. Como exemplo destaco uma pessoas que possuem TEA³ ou TDAH⁴. Segregar todo o grupo que possui o mesmo diagnóstico em um único espaço esperando que todos irão se desenvolver da mesma maneira. Deve-se pensar, que cada pessoa é uma pessoa que possui diferentes manifestações da deficiência/ transtorno de acordo com o meio social onde vive.

O modelo social de deficiência veio para resistir à redução da deficiência. Motivou a pensar na deficiência como um novo instrumento de transformação social entendendo que as diferenças são de muitas formas de vivenciar o corpo.

Desta forma, pensar numa normalização da deficiência como forma de oprimir a realidade desse corpo visto como indesejado restringe-se somente a não o tornar normal. O sentido de normalizar seria entender suas particularidades, reconhecer suas necessidades e ter elas atendidas pela sociedade. No campo educacional, normalizar deveria ser o mesmo que oferecer a esse aluno recursos profissionais adequados que os permitam um pleno desenvolvimento.

No século XX, iniciou-se uma nova luta e nesse momento estava nas pautas principais a inserção da pessoa com deficiência na sociedade e principalmente no ensino regular. Esse

³ O transtorno do espectro autista (TEA) se refere a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva. (OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde) disponível em < [Transtorno do espectro autista - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](#) > acesso em 18/6

⁴ Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade é um transtorno do neurodesenvolvimento. O TDAH está relacionado a alterações de início precoce no desenvolvimento, que podem cursar com déficits no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. (Ministério da Saúde, 2022) disponível em < [Entre 5% e 8% da população mundial apresenta Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade — Ministério da Saúde \(www.gov.br\)](#) > acesso em 18/6

movimento ficaria conhecido como Paradigma da Integração. Ribeiro (2004, p.44) vai nos dizer que; “Normalização é objetivo; integração é processo”. Nogueira (2009) irá dizer que:

A integração é um processo que tem que ser assumido por toda a escola: o professor de turma regular deve receber apoio da educação especial para fazer este trabalho e os alunos devem ser atendidos, paralelamente, nas salas de recursos ou por professores itinerantes. (NOGUEIRA 2009, p.88).

A integração seria inserir esse aluno na escola regular e com seu próprio esforço, o mesmo teria que adaptar-se ao novo espaço.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, enfatiza dizer que a educação especial é uma modalidade da educação (em todos os níveis). Ou seja, isso significa que ela é a educação básica considerando as especificidades de cada um dentro desse grupo. Reafirma-se que ela é um direito excepcional e intransferível do indivíduo.

Art 1• A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 2008)

De alguma maneira, sempre houve o atendimento educacional a esse público, porém, as escolas especializadas não contemplavam todos os alunos. Em 2008, foi regulamentado o sistema de inclusão dessas pessoas na rede regular de ensino ampliando a oferta. Porém, o decreto foi revogado pelo Decreto nº 7.611, de 2011, que visa, pôr a dispensa que antes pertenciam ao FUNDEB ao Ministério da Educação

Os objetivos que seriam alcançados com o decreto antigo de 2008 consistiria em promover o acesso (o que era importante, mas não o objetivo principal) e a aprendizagem, fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos.

1• Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (BRASIL, 2008 / REVOGADO)

Diante disso, o MEC prestará o apoio técnico e financeiro da seguinte forma: implementação de salas multifuncionais/ formação continuada de professores/ formação de gestores, educacionais e demais profissionais/ adequação arquitetônica.

Deste modo, é perceptível que nem todas as escolas foram contempladas com esses recursos ou, até mesmo as que foram e hoje possuem esses aparatos técnicos, com o decorrer do tempo e o sucateamento da educação pública, não foram preservadas. No geral, foi um grande avanço para esse campo da educação inclusiva, que obteve benefícios consideráveis, em vista do que pôde-se alcançar no desenvolvimento desses alunos.

Em 2020, é implementada a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo de Vida, por meio do Decreto N° 10.502, de 30 de setembro de 2020. Este novo decreto, é oriundo de muitos outros anteriores e nesse momento fica descrito as seguintes práticas pedagógicas dentro das escolas.

Cap 1 / Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

VI - escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos;

VII - classes especializadas - classes organizadas em escolas regulares inclusivas, com acessibilidade de arquitetura, equipamentos, mobiliário, projeto pedagógico e material didático, planejados com vistas ao atendimento das especificidades do público ao qual são destinadas, e que devem ser regidas por profissionais qualificados para o cumprimento de sua finalidade;

X - escolas regulares inclusivas - instituições de ensino que oferecem atendimento educacional especializado aos educandos da educação especial em classes regulares, classes especializadas ou salas de recursos. (BRASIL, 2020)

Este decreto descreve o retrocesso na Educação inclusiva no Brasil, pois prevê a matrícula de crianças e adolescentes em instituições especializadas segregando esses alunos como antigamente.

Desde 2008, referente a muitas lutas dos movimentos de pessoas com deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, se mantém responsável por um aumento significativo e importante de matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares segundo o censo escolar.

O Brasil é signatário da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência que garante um sistema educacional que visa contemplar todos os alunos de forma igualitária. No que se refere a isto, este decreto é inconstitucional, pois prevê inserir esses alunos em espaços específicos tirando-os da sala de aula comum. Este retrocesso vai na contramão das pesquisas nacionais e internacionais que revelam a importância e os benefícios da Educação Inclusiva para as pessoas com ou sem deficiência, alunos inseridos adquirem maior autonomia e de outro lado não são satisfatórios os resultados nesse campo se analisarmos o comportamento de alunos de escolas especializadas.

O Instituto Alana⁵ encomendou uma pesquisa ao Datafolha, onde revela a opinião da população referente a Educação Inclusiva nas escolas, trabalho e em outros meios sociais. A pesquisa contou com 2.074 entrevistados em todo país em 130 municípios na tentativa de representar regiões e opiniões distintas referentes a estimativas de variações de classe, escolaridade, raça e pessoas com ou sem deficiência.

Foram adotadas o mesmo modelo de perguntas utilizado pelo IBGE no censo demográfico de 2010. As perguntas foram feitas de forma individual e pessoal, atentando-se à idade e ao sexo. Vale ressaltar que dentro desse grupo de entrevistados, somente 7% eram pessoas com algum tipo de deficiência. Dados do Datafolha destacam que o conjunto de questões possui maneiras de identificar deficiência mas, não capta todas as dimensões que elas podem apresentar.

Ao que se refere a educação inclusiva nas escolas, as opiniões se mostram favoráveis ao ingresso desses alunos nas escolas regulares. Aos entrevistados com deficiência somente 14% estão na escola e desses 14% somente 10% estão na rede regular de ensino público. Os outros 86% não estudam.

Esses dados mostram como a educação para pessoas com deficiência tem seu acesso

⁵ O Instituto Alana é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que aposta em programas que buscam a garantia de condições para a vivência plena da infância. Criado em 1994, o Alana é mantido pelos rendimentos de um fundo patrimonial desde 2013. Tem como missão “honrar a criança”. Instituto Alana disponível em <[Alana](#)>

limitado e grande parte ainda está fora da sala de aula. Direcionado somente às pessoas com deficiências, foi perguntado sobre a ocupação delas e somente 30% dessas pessoas exercem alguma atividade remunerada. Os outros 70% que não executam qualquer tipo de atividade remunerada refletem um acesso à escola defasado.

Quando pergunta a pessoas sem nenhum tipo de deficiência como é a convivência com pessoas com deficiência no local de trabalho obtemos a seguinte resposta:

A maioria dos entrevistados sem deficiência e que exerce atividade remunerada declara que não há pessoas com deficiência em seu local de trabalho (75%). Por outro lado, 11% afirmam que trabalham atualmente com alguém com deficiência. (Datafolha, 2019)

Os dados mostram que não é só na escola que há a necessidade de incluir, quando falamos de cidadania, participação social, devemos pensar como é importante inserir pessoas com deficiência em empresas, fábricas e nos demais serviços.

Foram feitas as seguintes perguntas a um grupo de pessoas onde se obteve resultados satisfatórios ao que se refere à educação inclusiva.

Foi perguntado se as escolas tornaram-se melhores ao incluir alunos com deficiência e 86% concordaram que sim e os outros 13% discordam em partes. A partir disso, podemos perceber que dentro do imaginário e das experiências da população a educação inclusiva é vista de maneira positiva tendo seus objetivos de tornar o indivíduo sem deficiência empático com as questões das pessoas com deficiência.

Ao serem indagados se pessoas com deficiência obtêm melhores resultados educacionais estudando com pessoas sem deficiências, 76% concordaram que sim. O que podemos entender como a educação inclusiva tem cumprido seu papel que na teoria é de interligar grupos fazendo com que exista a possibilidade de se desenvolverem juntos. Ao serem questionados se crianças com deficiências atrapalham o aprendizado de crianças sem deficiência, 68% responderam negativamente.

Nesse momento, vem à tona as declarações feitas pelo ministro da educação Milton Ribeiro, que ao ser questionado sobre inclusão no campo educacional pela Rádio Jovem Pan, em 2021, usou o termo “inclusivismo” para referir-se à inclusão e declarou ser a favor de escolas especializadas para educar pessoas com deficiência indo totalmente contra o pensamento inclusivo. Em suas infelizes falas, o então ex Ministro da Educação, chegou a usar o termo “atrapalhar” para se referir aos alunos incluídos nas classes de turmas comuns no Brasil.

Segundo ele, existem vários graus de deficiência intelectuais e referente a isto o convívio com alunos que têm um grau considerado “alto” seria impossível pois os professores seriam incapazes de administrar a turma dando atenção a todos os alunos com e sem deficiência. Diante dessas declarações vindo de uma pessoa que possuía algum tipo de visibilidade, seja da mídia ou dentro das votações por direitos no Brasil, vemos como a educação inclusiva vem sendo ameaçada de inúmeras formas.

De acordo com os dados indicados acima, referentes à pesquisa feita pelo Instituto Alana tornam-se visíveis os benefícios da inclusão nos meios sociais e principalmente nas escolas. E bem como, o decreto 10.502/20 ameaça todos os anos de lutas dos movimentos de pessoas com deficiência para avanços no campo da educação inclusiva.

1.2 A escola inclusiva

Podemos pensar na cultura escolar como aquela que prioriza o uniforme, ou homogêneo. Por muito tempo alguns grupos conseguiram maior destaque em relação a outros de modo que ações de movimentos sociais buscaram reivindicar seus espaços e fazer com que suas vozes fossem ouvidas. Partindo da análise que a escola deve ter como objetivo promover práticas construtivas de educação onde as diferenças serão vistas como ferramentas de aprendizagem trazendo a ideia da educação como um fazer humano.

Dentro de todo o processo de transformação da educação há de fato uma mudança de paradigma que seria adaptar a escola, o ensino e o professor para os novos tempos que seria o tempo da inclusão. Deste modo, dentro do assunto aqui focado na construção do paradigma da educação inclusiva as questões do convívio interpessoal são de extrema importância pois, através deles se enriquece a identidade, se constrói laços e no quesito mais importante de todos aprende e ensina.

Segundo Mello (1997), ainda cabe à escola a função de estabelecer padrões de convivência social.

O que se espera para além da construção de conteúdos é possibilitar ao aluno decorrente aos avanços no sistema educacional é que se cumpra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), sendo responsável pela construção de cidadãos críticos, possibilitando a formação de uma sociedade mais humana e igualitária. Vygotsky (1994) propõe que as funções psicológicas superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos, já que no decurso do desenvolvimento, as atividades são inicialmente coletivas / sociais

(interpsíquicas) para depois se tornarem atividades individuais / propriedades internas do pensamento.

Não se pode limitar a inclusão apenas ao acesso (matrícula) do indivíduo na escola sem garantir a esse aluno o prosseguimento do ensino até que ele atinja o nível que cada aluno é capaz de conseguir que é o ensino superior. A escola deve ser um lugar efetivo de acolhimento onde todas as crianças são bem vindas e podem aprender indiscriminadamente.

A escola inclusiva seria um espaço onde são respeitadas as diferenças mas, que todos os alunos são capazes de chegar no mesmo lugar. Mantoan vai destacar em seu livro ‘Inclusão escolar’ como reinventar o modelo educativo para tornar o ensino inclusivo não é algo que necessita de muito esforço é só fazer o óbvio.

Por isso, sou clara ao afirmar que falta muita vontade de virar a mesa, ou melhor, de virar a escola do avesso, e já faz tempo que estamos retendo essa possibilidade de revolucionar os nossos sistemas educacionais em favor de uma educação mais humana, mais democrática. Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações são, muitas vezes, a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem muitas resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades. (MANTOAN, 2003 P, 31)

A escola deve seguir o princípio democrático da educação para todos onde os alunos com e sem deficiência recebem o mesmo ensino. A educação para todos deve não somente se especializar em um único grupo de alunos. Mantoan ainda vai nos dizer que

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2003 P, 32)

No livro a autora irá descrever um episódio que aconteceu no meio de uma palestra onde um professor questionou se a escola inclusiva não seria algo utópico, que fugisse da realidade. Isso nos torna visível de que maneira a escola inclusiva é vista mesmo sendo apenas uma escola comum que segue os parâmetros que são assegurados por lei. De certa forma incluir é levantar a bandeira das diferenças, é garantir uma formação continuada para

os professores, é fazer da escola que muitas vezes é o único canal de conhecimento do indivíduo um local onde irão se desenvolver e os tornar cidadãos.

Existem muitos casos onde o professor de história propriamente dito se abstém da responsabilidade de ter um aluno deficiente em sala, entendendo que essa é uma responsabilidade que não cabe a ele. Seria da sala de recursos, do AEE, do mediador, porém, o professor deve se tornar novamente protagonista da escola, onde ele se vê inteiramente como o que faz acontecer a educação. E se cada professor fizer sua parte, ou seja, incluir o que é visto como uma utopia, se tornará uma ação transformadora que não só oferece como educa de fato.

A escola inclusiva conta também com grandes aliados que são os pais que podem e devem se manter atentos, pois deles vêm a força estimuladora e reivindicadora. No que diz respeito à política de inclusão as famílias devem fazer parte desses grupos de movimentos sociais que tanto incentivam mudanças em muitos aspectos. É deles também a responsabilidade de não se deixar ludibriar com programas que fazem uma espécie de maquiagem no problema e não oferecem de fato uma solução. Reivindicar por uma escola que proporciona melhores condições para seus filhos, sendo eles deficientes ou não, lhes proporcionam não só melhorias agora em conviver com as diferenças. A longo prazo essas iniciativas podem ser importantes para romper com os preconceitos que estão enraizados em nossa sociedade pois, por anos os alunos com deficiências não puderam estar numa escola regular.

E isso não é somente responsabilidade da escola pública. Deve-se assegurar esse direito também na rede privada de ensino, pois uma nova construção da sociedade deve atingir a todas as esferas. Por muito tempo vigorou na nossa sociedade a ideia da universalidade, e dentro dessa ótica o que foge desse conceito é visto de forma problemática, como algo que precisa ser resolvido, e dessa maneira que muitas vezes a resolução da questão da inclusão passa por uma “maquiagem”, que de fato não está resolvido.

Capítulo 2

Quem está no meu “todos”?

Falar sobre minorias hoje equivale a falar de todos os grupos que foram de alguma forma historicamente silenciados e se mantiveram à margem de uma sociedade, muitas das vezes incapaz de pensar no coletivo respeitando aqueles que necessitam de alguma atenção maior. Pensar em “todos” nós obriga a incluir LGBTQIA +, deficientes físicos, deficientes intelectuais, imigrantes, mulheres, indígenas negros e muitos outros grupos que ainda hoje buscam autoafirmação. Vivemos em uma sociedade envolta de preconceitos, preconceitos esses que limitam a ascensão de grupos minoritários em locais de destaque.

Até hoje é muito comum nas mídias vermos negros sendo limitados nas novelas a papéis de escravos, mulheres sendo representadas apenas como mães ou donas de casa e a deficiência com olhar de pena ou de total limitação. O deficiente raramente é representado como protagonista de sua própria história, sempre está necessitando de alguém para contar sua história. Porém, atualmente esses grupos vêm ganhando voz e pouco a pouco mostrando-se como sujeitos históricos.

Partindo desse pensamento, identificamos que na atualidade as escolas têm recebido cada vez mais um público de alunos diversificados e que ao mesmo tempo não tem conseguido lidar com toda essa modificação. Entendemos que é na escola que a pessoa tem seus primeiros contatos com o diferente. Que a escola é um espaço de interação múltipla, de ensino e aprendizagem constante, de encontros, de trocas de pessoas totalmente distintas e de práticas de conhecimento. A escola é fronteira de pessoas diversas unidas por um objetivo maior que é o de aprender, de modo que não deve haver distinção entre o ensinar.

Todos os indivíduos matriculados numa mesma escola devem ter os mesmos recursos para alcançar o seu aprendizado. Entendendo que o aluno com deficiência vai aprender respeitando suas limitações, mas com os mesmos incentivos. De tal forma a buscar alternativas como desenvolver práticas pedagógicas com o uso de imagens para educandos com TDAH considerados não verbais. Facilitando o aprendizado por meio de produções visuais.

Deste modo, iremos nos preocupar em proporcionar uma educação inclusiva que visa como parte fundamental desenvolver habilidades cognitivas destes alunos que apresentam maior dificuldade em aprender, entender que esses desafios por eles enfrentados não somente de socialização mas, de autoafirmação, de se sentir pertencentes e ter como premissa a importância de os situar como sujeitos de direitos capazes de se colocar e de se posicionar como parte da construção da nossa história.

O “todos” deve abarcar todas as pessoas e fazer com que elas se comuniquem entre si, pois, ao organizar em grupos com o pensamento de que “unidas elas ficam mais fortes” significa segregar esses grupos e dificultar ainda mais a inclusão. Por muito tempo esses grupos que vivem à margem lutam por espaço e na atualidade suas lutas vêm ganhando força.

A crítica à medicalização do corpo deficiente sugere a insuficiência do discurso biomédico para a avaliação das restrições de participação impostas por ambientes sociais com barreiras. Por isso, para a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, a desvantagem não é inerente aos contornos do corpo, mas resultado de valores, atitudes e práticas que discriminam o corpo com impedimentos (DINIZ et. al, 2009, p. 21).

Sabemos que a pessoa com deficiência dentro do conceito biomédico é aquela que se limita apenas a sua deficiência que independente do que ela seja capaz de fazer o seu único destino é a “cura”. Pensamento esse que exclui e segrega o indivíduo e dificulta a inclusão.

É importante pensar uma prática educacional que busca efetivamente desenvolver práticas criativas e eficazes no ensino de História, que buscam incluir e precisam estar em constante diálogo e parceria com o corpo docente, os próprios educandos e a família. É importante se colocar no lugar da família que vê o filho dentro da escola e não tem a oportunidade de aprender como os demais. O professor deve sonhar junto com a pessoa com deficiência e ver nele o mesmo potencial que os outros alunos ditos “normais” apresentam. E dentro desse grupo que mediam o ensino, temos que ter parceria mútua também com a equipe de profissionais do AEE presente na escola. Galery vai nos dizer que a educação inclusiva deve ser um esforço de todos que só teremos êxito nela se todos estivermos unidos por esse único objetivo que é fazê-la acontecer.

Educação Inclusiva é um esforço de todos – estudantes, educadores, gestores, governantes etc. – para garantir à coletividade acesso e permanência em uma escola de qualidade, promovendo a equidade e o respeito às diferenças e garantindo que todos os estudantes possam estudar juntos sem sofrer discriminação, independentemente de sua condição. (GALERY, 2017, p. 38)

Dentro do ensino de História, além de englobar todos esses grupos, temos que entender que estamos vivendo na era digital o que torna o lecionar ainda mais desafiador e dentro desse desafio temos que tornar o ensino atrativo fazendo com que o aluno consiga ver utilidade no que vai aprender e que consiga ver o ensino como algo prático na vida daquele

aluno. Dessa forma, o educando irá entender o estudo como um impulso para escrever seu futuro.

Deste modo, é indispensável fazer com que o aluno tenha interesse no que aprende e consiga projetar o que está sendo ensinado hoje no seu futuro porque um aluno que não vê significado no que aprende não tem perspectiva e com isso fica difícil trabalhar a noção de tempo.. Sem um ensino que possibilite a percepção do tempo, o aluno pode ficar pensando e repensando apenas o passado como algo que não pode ser mudado e da mesma forma não serviu como a velha história contada pelo filósofo Cícero da “história como mestra da vida”. “[...] saber o que é o conhecimento histórico, qual é a sua função em nossa vida e a importância desse conhecimento para a vida em sociedade.” (VASCONCELOS, 2012).

Recentemente, muitos estudos têm encontrado métodos significativos em entender a história a partir de diferentes abordagens acerca de um mesmo acontecimento. Desta forma, são trabalhadas possibilidades de apresentar ao aluno novas compreensões de si e do mundo de forma mais individual e atrativa. O uso da linguagem informal, jogos e até mesmo da internet têm sido ferramentas bastante utilizadas para assim preencher a lacuna entre o que há de proveitoso no mundo moderno na tal era digital e o que tem distanciado cada vez mais os nossos jovens do aprendizado.

Partindo desta perspectiva, o ensino de História tem como objetivo analisar os processos históricos da humanidade através do tempo e espaço buscando a contribuição e a utilização de outras áreas e recursos para assim trazer o ensino o mais próximo possível do campo de interesse do educando. Se encontrarmos utilidade e benefícios nesse meio, seremos capazes de enriquecer o aprendizado realizando um ensino de maior proveito.

Entendendo que o sistema de ensino e o modo como ele é hoje não é algo novo, devemos analisar que dentro da atualidade ainda desenvolvemos práticas que são antigas e que carregam raízes egocêntricas e problemáticas.

Contudo, nas últimas décadas é percebido o crescente interesse da academia por questões que envolvem o pensamento decolonial como objeto de estudo, já que foi através do processo de colonização onde houve a construção do Sistema-Mundo que vigora atualmente; sendo ele capitalista, patriarcal, judaico-cristão, branco, eurocêntrico e portanto excludente; formando assim as bases do imaginário histórico-cultural discriminatório, disseminado pelo mundo, pautado nos ideais de Modernidade e Progresso e, portanto uma barreira invisível à inclusão escolar. (TEIXEIRA, 2020 p.35/36)

Com isso, na busca de descolonizar esse pensamento excludente, devemos buscar quebrar essa ideia onde a pessoa com deficiência é vista como inferior. O processo de descolonização deve buscar identificar o pensamento trazido de forma utópica pelo europeu que nos fez por muito tempo apagar identidades e buscar uma universalidade de ideias/ ações e principalmente de corpos. Esse pensamento discriminatório e preconceituoso tem sido canal de estudo para vários pesquisadores que buscam evidenciar as vozes de grupos excluídos como mulheres, negros e indígenas e as próprias pessoas com deficiência que sempre viveram à margem dessa sociedade. Pesquisadores vêm trazendo para o campo social debates tão importantes como esses a fim de fortalecer grupos e ressignificar histórias que por muitas vezes foram contadas através da ótica do colonizador.

Porém, esse processo ainda é lento por se tratar de anos de intensas afirmações de padrões, procurar desmistificar o pensamento dominante requer recursos pouco disponíveis. Em outra parte de sua tese, Teixeira irá nos dizer como esse processo de descolonização deve acontecer.

Então, decolonizar a mente é transcender a colonialidade para dar voz àqueles que foram colonizados, que foram excluídos e menos favorecidos por uma lógica cultural eurocêntrica-branca-cristã que visava inculcar idéias preconceituosas sobre o outro, o discriminando e subvertendo a lógica das culturas locais dos territórios dominados, apagando e/ou destruindo suas identidades e memórias, coisificando os povos considerados diferentes. (TEIXEIRA, 2020 pg. 36)

A inclusão escolar propriamente dita será responsável por desconstruir esses conceitos e trazer a visão igualitária do sujeito por meio do exercício da alteridade, colocando a pessoa com deficiência dentro do seu protagonismo e dando a oportunidade de se escrever a sua história a partir da sua própria ótica.

2. 1 A luta das famílias pelo direito à educação

Sabemos que existem várias leis que asseguram o direito à educação para todos, porém no que se compete a isso encontramos diversos casos onde esse direito não é respeitado. O primeiro princípio do artigo 3º da LDB⁶ é “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;”. Por meio dele entende-se que todos têm o direito de entrar na escola nos anos iniciais de 4 -5 anos e permanecer sem que se perca a qualidade do ensino até a

⁶ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

educação superior. Porém, encontramos diversos aspectos que caracterizam essa dificuldade na igualdade de oportunidades, onde as pessoas com deficiência muitas das vezes encontram um caminho escolar muito desigual em relação às pessoas sem deficiência.

De fato, a inclusão tem sido um assunto delicado quando partimos do princípio de que existem pessoas aptas a aprender e pessoas que não aprendem. Dentro de um contexto historicamente diferente no que se refere a educação no artigo “Receita de Inclusão” da revista “Diversa”, encontramos um fato interessante quando organizamos os educandos como “os aptos” e os “não aptos” ao aprendizado.

Há muito tempo, um educador, psicólogo e ativista norte-americano negro chamado Kenneth Bancroft Clark já declarava que “crianças que são tratadas como ineducáveis, quase que invariavelmente, tornam-se ineducáveis”. Na época, ele se referia aos negros estadunidenses marginalizados, colocados em classes especiais (sim, porque afinal, eles eram outra raça, com necessidades específicas, padrões de aprendizagem próprios) e, a priori, definidos como pessoas que não eram educáveis. Não tinham a mesma capacidade dos brancos, eram mais intuitivos que racionais e, pior, estavam em um estágio inferior de civilização. (ADIRON p:3 - 2022)

Em muitos aspectos a inclusão é encarada dessa mesma maneira onde os professores e toda a comunidade escolar dividem as turmas como os que aprendem e como os que são incapazes. Dentro do nosso contexto de século 21, ainda encontramos diversos relatos de famílias que vêem o direito de seus filhos negados ao tentarem acesso à escola, ou até mesmo os que conseguem acessar mais de fato não são inseridos no princípio maior da educação que é o aprendizado.

Desse modo, neste capítulo buscarei reunir denúncias que se tornaram públicas dentre as diversas que acontecem e são ocultadas todos os dias. Nesse espaço, buscarei dar ainda maior visibilidade a manchetes de jornais e meios de comunicação digitais onde famílias compartilham essas dificuldades educacionais de alunos com deficiência.

Na revista “Crescer” do grupo Globo, encontramos a matéria com o seguinte título “*Escola proíbe que crianças com deficiência façam rematrícula, para não "baixar o nível" da instituição*” a matéria datada no dia 12/10/2022, evidencia um comunicado recebido por famílias de alunos com deficiência que seus filhos não poderiam permanecer na escola em questão. A negativa de matrícula e outros crimes contra a pessoa com deficiência dentro do ambiente escolar são crimes prescritos por lei. A LEI 13.143 de 2015 da LDB em seu artigo 8º prescreve que:

Art 8 ° Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa:

I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência;

II - obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência; (BRASIL, 1989)

Deste modo, fiz uma breve pesquisa no intuito de identificar se há dados de cobranças extras ou escolas que negaram o acesso ao educando com deficiência e obtive o seguinte resultado. O código do consumidor garante que caso o aluno com deficiência que for cobrado no ato da matrícula com uma taxa extra, entende-se que trata-se de uma cobrança abusiva e discriminatória prescritos no artigo 39 e 42⁷, além de violar a dignidade humana prescrita na constituição. Deste modo, negar a matrícula ou impedir o acesso do educando em idade regular a estar de fato incluído no ensino é ferir princípios arduamente conquistados, é no tocante da situação interferir em sonhos e na construção do cidadão.

Uma exemplificação disso está no caso de uma escola em Campina Grande que foi condenada a pagar R\$5 mil, por não aceitar a matrícula de aluno autista. Este caso aconteceu em um colégio da rede privada que alegou não ter vagas no intuito de não permitir o acesso do aluno na escola. O caso foi registrado pela mídia e encontra-se no Jornal O Globo, Revista Crescer.⁸ Na decisão judicial, o desembargador do processo compreendeu o caso como crime e alegou que a uma rede de grande porte não poderia negar o acesso por falta de suporte técnico necessário para o acompanhamento.

Um outro caso que ocorreu em uma escola na Bahia, foi de uma 9 anos criança de com nanismo proibida de frequentar as aulas. Por precisar de auxílio para ir ao banheiro e por ausência de um "profissional cuidador", a menina teria ido para casa suja após fazer suas necessidades na escola. Deste modo, a família propôs a menina usar apenas o banheiro de casa e não mais o da escola, com isso entramos novamente no conceito da integração onde o aluno é inserido na escola mas, precisava prosseguir nela por meios próprios onde a escola não busca se adaptar ao aluno mas, aguarda do próprio aluno a adaptação para esta na escola. Na integração, é feita uma seleção dos estudantes onde se busca o conceito de normalização

⁷ Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

⁸ [Escola proíbe que crianças com deficiência façam rematricula, para não "baixar o nível" da instituição | Educação | Crescer \(globo.com\)](#) acesso em 18/6

em que todos os alunos devem estar dentro de um padrão. O aluno tem acesso a escola mas, tem acesso limitado ao aprendizado.

Teoricamente – considerando os referenciais normativos – exclusão, segregação e integração são parâmetros ultrapassados, superados pelo paradigma da inclusão, que prevê o direito de todos à educação, de forma incondicional e irrestrita. Mas, na prática, o modelo médico ainda prevalece como referência na maioria dos contextos. (ADIRON p:2 - 2022)

Com isso identificamos como a luta pela educação, acesso e permanência na escola são questões que envolvem muitos paradigmas. A comunidade escolar deve de fato abraçar a ideia da inclusão e promover práticas inclusivas dentro das aulas que permitam a trabalhar com todos os alunos de fato para que se cumpra a lei e mas ainda para que na escola que sejamos capazes de articular iniciativas de identificação das diferenças e rompimentos de barreiras que as impedem de alcançar seus objetivos.

Capítulo 3

O ensino de história para alunos com deficiência.

Este capítulo tem como intenção pensar o ensino de história na contemporaneidade. Referente a isto, buscarei fazer um paralelo entre educação propriamente dita e o ensino de história. Buscarei trazer aspectos importantes acerca da problemática em se estudar história no tempo presente e a ausência de uma formação continuada de professores. Além disso, abordo a discussão sobre ensinar história por meio de atividades pedagógicas que fazem o uso de imagens que já são alternativas que vêm sendo utilizadas para inserir e incluir alunos surdos no ensino de História. E uma outra forma de usar as imagens como ferramentas importantes de trabalho e adaptação pedagógica será utilizá-las para estabelecer a rotina diária do aluno com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Partindo do princípio que a previsibilidade no autismo faz total diferença em seu desenvolvimento.

Trazendo o estudo para o ensino de alunos surdos temos a sequências didáticas com o uso de imagens que busca facilitar o aprendizado por meio de produções visuais. E por outro lado pensando no estudo juntamente com o reforço positivo, método usado por terapeutas do ABA⁹ alternando as atividades escolares junto às do interesse dos alunos.. Desse modo buscarei desenvolver esses quadros a fim de discutir sua importância no ensino de história de alunos com deficiência.

3. 1 Abordagem didática que contemple o “todos”.

A intenção neste capítulo é elaborar estratégias pedagógicas que visem não somente atender os alunos com deficiência e fazer com que de fato sejam inseridos por igual no ensino mas, também, tornar o ensino palpável a toda a turma ou a quem tenha interesse em aprender a partir dessas alternativas.

⁹ABA significa *Applied Behavior Analysis*. No português Análise do Comportamento Aplicada, utilizada como método que visa estimular os comportamentos positivos do sujeito. Muitos profissionais fazem o uso do ABA para crianças autistas.

Tendo como principal ferramenta para o ensino de história como forma de facilitar a compreensão dos alunos surdos, uma alternativa viável é o uso de material didático visual. Em vista que os mecanismos visuais assim como a língua de sinais estão relacionados à memória, o uso de atividades que envolvam imagens e o contato com objetos de caráter histórico terão melhores resultados e podem desenvolver maiores interesses e participação da turma de modo não somente de incluir alunos surdos, esses mecanismos terão benefícios também em turmas mistas com alunos surdos e ouvintes.

Toda a produção visual sendo ela imagens, fotografias e pinturas são ótimas alternativas para atrair a atenção dos alunos. É mais proveitoso dar ao aluno uma fotografia do rosto de Dom Pedro I, do que somente explicar quem ele é. Ferramentas que desenvolvem experiências sensoriais do toque, contato visual e manual desses objetos históricos e a associação do conceito com a imagem dão maiores possibilidades de compreensão aos alunos surdos.

Ter facilidade e capacidade de trabalhar com imagens possibilita ao professor um grande passo para o ensino da matéria, pois de toda forma, “elas estimulam o desenvolvimento das habilidades intelectuais como a capacidade de raciocínio, de resolver problemas, de aprender e criar” (BRAGA, 2012, p. 16).

Deste modo, o uso de imagens é uma alternativa favorável para o ensino da matéria não somente de história. Segundo as autoras Cristiana Pedroso e Tarcia Regina (2011, p. 136): O aluno surdo deve encontrar um ambiente favorável ao desenvolvimento da sua identidade como ser capaz e, para tanto, é preciso que a escola reconheça e valorize a sua cultura, ou seja, que vá além dos pressupostos da escola inclusiva e se reorganize na direção de uma escola bilíngue e bicultural.

O primeiro exemplo que vamos trabalhar é o uso da rotina para educandos no Transtorno do Espectro Autista¹⁰. A abordagem educacional que vamos utilizar é o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA)¹¹. O DUA trata-se de um modelo prático a fim de ampliar a viabilidade do ensino para cada estudante. De maneira contínua, e de muitas formas. O DUA é uma abordagem educacional, não uma metodologia de ensino. Onde, a abordagem atua no

¹⁰ Considerado um transtorno do neurodesenvolvimento, o Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se por uma deficiência persistente “que podem englobar alterações qualitativas e quantitativas da comunicação, seja na linguagem verbal ou não verbal, na interação social e do comportamento, como: ações repetitivas, hiperfoco para objetos específicos e restrição de interesses.” (BRASIL, 2022)

¹¹ O termo em inglês é “Universal Design For Learning” e a sua tradução literal é “Desenho Universal Para Aprendizagem”. Todavia, compreendemos que o conceito traduz uma perspectiva epistemológica aplicada aos processos de ensino e aprendizagem. Por isso, usaremos os termos Desenho Universal na Aprendizagem ou Desenho Universal Aplicado à Aprendizagem como sinônimos (PLETSCH; SOUZA; ORLEANS, 2017).

planejamento, não na adaptação.

O DUA possibilita acesso de todos ao currículo, independentemente de suas condições, respeitando as particularidades e os talentos dos estudantes, a partir do uso de estratégias pedagógicas/didáticas e/ou tecnológicas diferenciadas, incluindo a tecnologia assistiva. (PLETSCH; SOUZA, 2021,P 20)

Ou seja, o DUA atua no início, no planejamento, através do DUA os professores não irão necessitar fazer adaptações futuras no material a ser trabalhado, pois ele já será elaborado de maneira inclusiva e de forma a se contemplar todos os alunos.



(Imagem 1 - Fonte: elaboração própria)

Nesta etapa, temos primeiro a rotina normal do aluno com TEA partindo do princípio que a organização da rotina e a previsibilidade são pontos positivos para serem usados com ele. Temos as imagens desde o momento que ele chega na escola, até o momento que ele inicia a realização de atividades. Partiremos da ideia que esse aluno está matriculado em uma escola regular em seu 6º ano. E provavelmente não terá aula de História todos os dias da semana, iremos montar essa rotina de forma adaptável. Também podemos acrescentar atividades

dentro desse intervalo entre sua chegada e o início das aulas de fato. Conforme o aluno for avançando ele irá receber outros desafios.

Entendo que tudo ocorrerá de acordo com suas habilidades já pré estabelecidas, trabalharemos com a turma o período pré colonial. A primeira imagem da atividade proposta mostra o primeiro contato dos portugueses com os indígenas, a segunda imagem mostra a pluralidade de povos indígenas que habitavam o “Brasil” na época e a terceira imagem mostra o processo de catequização dos indígenas .

Sabendo que a visualização da atividade contribui para uma melhor memorização torna-se uma alternativa viável para o ensino de alunos no TEA, e para toda a turma, teremos ali um material inclusivo para todos.

Deste modo, as atividades serão intercaladas com as atividades já propostas dentro do calendário do aluno e as de seu interesse sendo assim utilizadas como um reforço positivo não só para este aluno TEA mas, como algo que beneficie toda a turma.

Reforço positivo

● A adaptação da rotina normal do aluno e o ensino de História.

O diagrama apresenta três cartões ilustrados com o seguinte conteúdo:

- HORA DA MÚSICA:** Ilustração de um professor tocando um instrumento e dois alunos dançando.
- PASSEIO NA ESCOLA:** Ilustração de uma professora segurando a mão de um aluno durante um passeio.
- BRINCAR NA QUADRA:** Ilustração de dois alunos brincando com uma bola.

Uma seta tracejada aponta da terceira atividade para o texto: Atividades que o aluno gosta.

(Imagem 2 - Fonte: elaboração própria)

Assim como foi dito acima, após a realização das atividades o aluno seria “recompensado” com um reforço positivo, isto é, teria a possibilidade de realizar alguma atividade de seu interesse junto com a turma. Dentro das experiências que já tive os alunos costumam participar muito do processo de aprendizado das crianças com deficiência, dessa maneira para estimular mais ainda essa interação outras alternativas seriam Mapas Conceituais com Apoio

Visual, Imagens e Palavras-chave; Atividades em Dupla/Grupo para estimular a Socialização e a Autonomia.

Esse tipo de atividade pedagógica, com imagens que simboliza a rotina do aluno, são muito usadas nas fases iniciais da educação o que não nos limita de usá-los em idades mais avançadas, pois se de alguma forma isso trouxe benefício em outros contextos podemos continuar a fazer o uso, mas sempre adaptando de acordo com a idade do aluno e propondo novos desafios para assim estimular o aprendizado do mesmo. A proposta aqui, é trazer alternativas que já se fizeram palpáveis dentro do contexto educacional e tiveram bons resultados.

Uma outra abordagem para elaborar um planejamento que seja usual para toda a turma, partindo da ideia que temos um aluno surdo na sala, utilizaremos como recurso a semiótica imagética. Este recurso tem como objetivo auxiliar a memorização do conteúdo que está sendo ministrado pelo professor através do uso da imagem.

“[...] Enquanto o olho examina as imagens, o pensamento vai sendo constituído, em uma relação de interdependência. A semiótica imagética traduz um conceito (significado) em imagem” (KELMAN; MARTINS; TAVEIRA, 2012:4633).

Deste modo, trago como modelo na imagem a seguir como seria feita essa associação entre imagem e conteúdo no ensino de história para alunos surdos a fim de possibilitar a associação entre o tempo histórico das permanências e mudanças de objetos específicos de acordo com o tempo. Para a realização destes exemplos farei o uso do artigo **“Ensino de história para alunos surdos: a construção de conhecimento histórico a partir de sequências didáticas.”**



(Figura 3 - Fonte: AZEVEDO, Patrícia Bastos de; MATTOS, Camilla Oliveira. Ensino de história para alunos surdos: a construção de conhecimento histórico a partir de sequências didáticas.). Disponível em <[Ensino de história para alunos surdos: a construção de conhecimento histórico a partir de sequências didáticas | PerCursos \(udesc.br\)](#)> Acesso em 18/06

Assim como será proveitoso a utilização desse tipo de material para os alunos surdos, os demais alunos também puderam aprender através desse material. Além das análises das figuras presentes, podemos pedir que os alunos analisem fotos de família, fotos de outros momentos históricos, estimular que se faça outras perguntas a essas fontes visuais e uma infinidade de possibilidades. O trabalho com o material visual, impresso e palpável dá ao aluno uma maior possibilidade de aprendizado ao mesmo tempo que o permite aprender sem estar somente inserido no meio digital.

O trabalho com as sequências didáticas no planejamento do material visando a abordagem DUA possibilita o professor em uma sala heterogênea apresentar um conteúdo que estimula todos os alunos:

experiência visual do surdo não se limita ao uso da visão como meio de comunicação, mas ela dá existência a cultura surda, que se manifesta através da “[...] língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de ser povo surdo, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico.” (LEBEDEFF, 2017:230).

A possibilidade de se criar um planejamento que visa priorizar um material menos digital não nos impede de tornar a tecnologia nossa aliada. Dentro o DUA também fazemos o uso das mídias digitais para o ensino dessa maneira podemos nos deter também ao uso de aplicativos, jogos e tradutores até nos próprios usos de vídeos fazer a tradução simultânea para a língua de sinais. Desta maneira, o conteúdo terá formas diversas a ser ensinado e também podemos dar ao aluno a liberdade de ser avaliado de forma a sair do modelo tradicional, entendendo que não existe apenas uma forma de se expressar.

3. 2 A formação continuada dos professores.

Na década de 90, através do incentivo da ONU (Organização das Nações Unidas), começa-se a pensar em uma Educação Para Todos. Referente a isto surge a Declaração de Salamanca (Brasil, 1997), a ideia era pensar numa escola inclusiva que visasse a ampliação dos direitos e ressignificar a concepção de Educação Especial. Já nos anos 2000, de acordo com os marcos legais adotados no Brasil, entre eles as Leis nº 10.436 de 24/04/2002, que reconhece Libras como a língua dos surdos e o Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que foi responsável por regulamentar a lei de 2002 e a partir daí, garante ao aluno surdo a possibilidade de ser ensinado em sua própria língua na escola de ensino regular. A partir deste momento, acontece uma aceleração no reconhecimento de surdos como sujeitos de direitos.

Porém, um problema que é pertinente é a formação deficitária de professores para lidar com alunos surdos na sala de aula. Este problema vem desde as graduações em licenciatura. Neste ponto podemos identificar que a ausência de uma formação ampla que se faz capaz de se comunicar com todos os alunos dificulta o aprendizado desse aluno incluído.

Dentro desse contexto o papel do professor de história na sala de aula é mostrar a este aluno as inúmeras modificações ocorridas dentro da sua comunidade para melhor inseri-lo na atualidade. Fazer com que esse aluno entenda que ele é sujeito advindo de transformações históricas requer primeiramente intimidade com o tema para melhor ensiná-lo.

Surdos vem buscando por seu lugar dentro da sociedade por anos e tentando mostrar à sociedade que a surdez não é uma deficiência e sim uma diferença com traço cultural e linguístico próprio. Os Estudos Surdos e Estudos Culturais são os responsáveis por romper com essa visão que muita das vezes é enfatizada dentro da própria escola onde o aluno surdo

é visto como anormal ou incapaz. Os estudos que tratam a identidade surda, cultura e subjetividade lançam um novo olhar para essa comunidade.

Diante de muitas situações, a quantidade de professores que não sabem a Língua Brasileira de Sinais dificulta muito a comunicação com alunos surdo. Quando a comunicação não é possível, é comum que pais, responsáveis e até mesmo o professor façam as atividades para o aluno. Uma alternativa que pode ser pensada por esse professor que não obteve em sua formação o ensino de Libras é reconhecer quem é esse aluno, fazer um estudo sobre ele e o que ele sabe do português e de Libras para junto dele encontrar maneiras de incluí-lo. Muitas das vezes, a responsabilidade do “ensinar” fica para o intérprete por conta da demanda dos outros alunos, porém, a inclusão deve ser posta em prática.

O professor deve lembrar que o mediador possui uma função diferente da dele dentro de sala de aula e não ser o único a obter a responsabilidade de ensinar o aluno incluído. O professor deve se tornar responsável pela preparação do conteúdo que será ministrado em sala, por acompanhar a evolução de cada aluno e fornecer material adaptado para o aluno incluído. O intérprete seria o responsável por fazer a mediação entre o professor e o aluno, interpretando o conteúdo da língua oral para a língua de sinais e vice e versa. Definindo o conceito de tradutor/intérprete de língua de sinais que seria uma pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa, dentro de todas as duas possíveis modalidades que seria a língua oral ou escrita. Na ausência do intérprete, cabe ao professor ser o único responsável para que este aluno surdo seja incluído nas aulas e atividades culturais da escola.

Porém, para chegarmos na inclusão de fato devemos identificar a raiz do problema que seria a formação inicial de professores na graduação. O que será apresentado a seguir, é o levantamento das grades curriculares das licenciaturas em História oferecidas por quatro universidades do Rio de Janeiro e que estão em boas posições no ENADE¹² de 2019. A intenção é avaliar a oferta de disciplinas que tratam sobre a inclusão dentro das universidades na tentativa de melhor preparar esse professor para a sala de aula. A metodologia utilizada foi a pesquisa nos próprios sites e meios de comunicação disponíveis na internet de cada

¹² O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep](#) disponível em <[Enade — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#)>

universidade¹³.

Universidades	UFRRJ	UERJ	PUC	ESTÁCIO
Não possui matéria de inclusão	x		x	
Possui matéria de inclusão		x		x
Possui matéria de língua brasileira de sinais 'Libras'	x		x	x

Dentre os currículos das quatro universidades analisadas na tabela acima consta que, 50% não oferecem matérias de inclusão e apenas 50% apresentam em sua grade curricular a importância de se estudar uma disciplina focalizada no tema. Na UFRRJ é oferecida uma matéria do curso de psicologia com o seguinte nome: **IE211 Psicologia da Educação – Aspectos Cognitivos e Comportamentais**, porém, não tive acesso a emenda da disciplina, com isso não é possível saber o que de fato ela aborda. Na universidade privada Estácio de Sá, é oferecido no 6º (sexto) período uma disciplina com o nome de **Educação Especial** e outra descrita como **Tópicos em Libras: surdez e inclusão**, mesmo não tendo acesso a emenda da disciplina torna-se mais visível o que essa disciplina virá a abordar.

Porém, 75% delas oferecem matérias de Língua Brasileira de Sinais devido às citadas acima (Leis nº 10.436 de 24/04/2002, que reconhece Libras como a língua dos surdos e o Decreto nº 5.626 de 22/12/2005). É preciso apontar que ter uma matéria que pretende tornar esse professor mais inclusivo já é um bom caminho, porém, não é o suficiente.

Pautando-se na demanda de alunos que estão entrando nesse ensino regular através dos anos, e vendo esse número cada vez mais crescente, é necessário que haja políticas educacionais e formações mais amplas para tratar dessa demanda. Entendendo que, não é somente a teoria que vai levar esse professor a de fato tornar-se inclusivo, o fato de ter uma

¹³ Currículo das universidades mencionadas: UFRRJ: [\(Microsoft Word - HIST323RIA UFRRJ GRADE LICENCIATURA\)](#)

UERJ: [Z:\FLUXOS\2015_2\HISLIC.GFC \(uerj.br\)](#)

PUC: [PUC-Rio - Graduação - História](#)

ESTÁCIO DE SÁ: [Curso de Licenciatura em História | Estácio \(estacio.br\)](#)

formação que atenda esses pré-requisitos como o entendimento da questão pode e vai fazer uma grande diferença.

Entendo que por lei os alunos com deficiência devem ser matriculados em escolas de ensino regular, não tratar a inclusão no que seja a raiz do problema que é a formação de professores, torna ainda mais difícil acontecer a inclusão de fato.

Em 2022, foi realizada uma pesquisa censo com intuito não só de tornar pública a matrícula de alunos nas redes públicas e privadas no Brasil, mas também analisar as estratégias adotadas pelas escolas para o enfrentamento da pandemia. Neste caso, irei me atentar apenas ao número de matrículas na chamada “Educação Especial” para identificarmos de que forma esse público vem chegando à escola.

Educação Especial

Gráfico 35. Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil, por local de atendimento - Brasil 2010 - 2022



Gráfico 36. Evolução das matrículas de educação especial no ensino fundamental, por local de atendimento - Brasil 2010 - 2022



Fonte: Inep/Censo Escolar 2010 - 2022

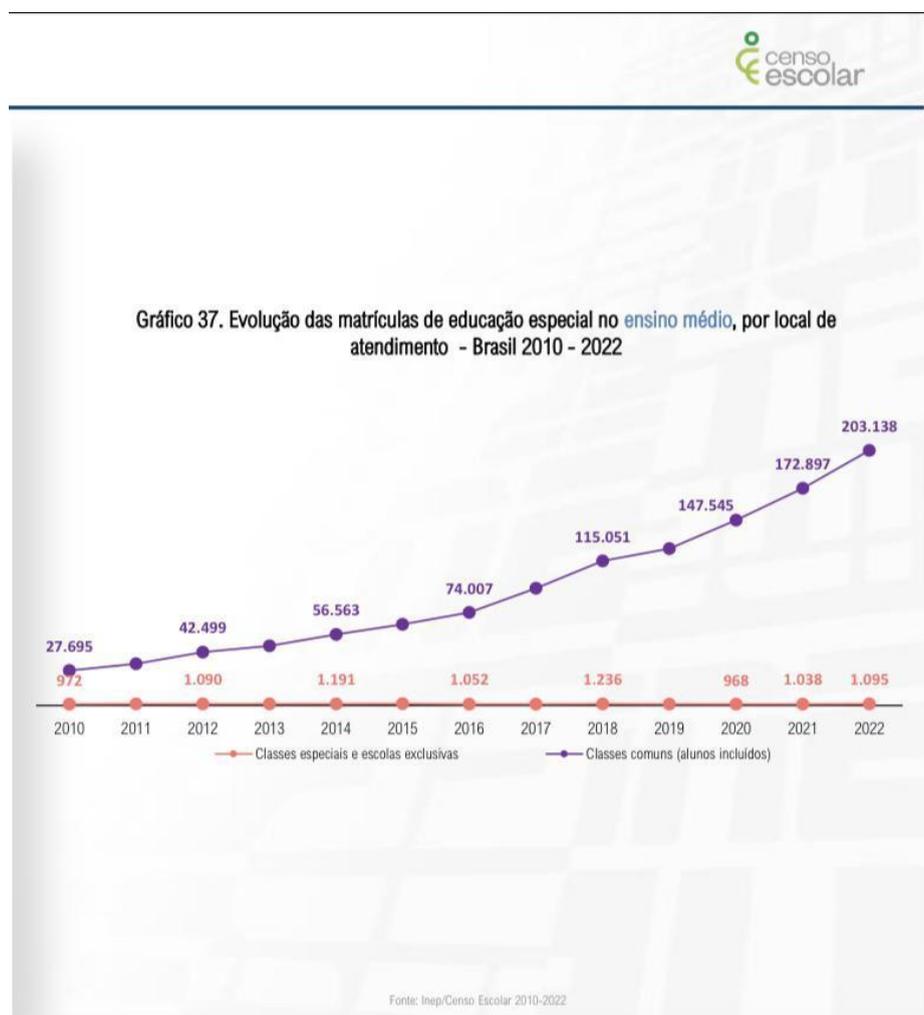
(Fonte: INEP - Censo escolar 2022)

O primeiro gráfico que mostra essa modalidade de ensino nas escolas nos faz perceber que de 2010 a 2022 houve um aumento significativo nas matrículas de alunos com deficiência nas classes comuns de forma gradativa na educação infantil, também é visível como diminuiu e

após tornou-se estável o número de matrículas nas classes especiais. Pensando na maneira como ainda é visto por muitos pais e familiares que as classes especiais são uma melhor opção os dados nos mostram como é relevante o número de alunos matriculados na rede regular.

O segundo gráfico mostra também um crescente número de matrículas no ensino fundamental da rede regular e uma queda nas classes especiais. No ano passado, em 2022, chegou a 914.557 milhões de alunos matriculados em classes comuns em todo Brasil.

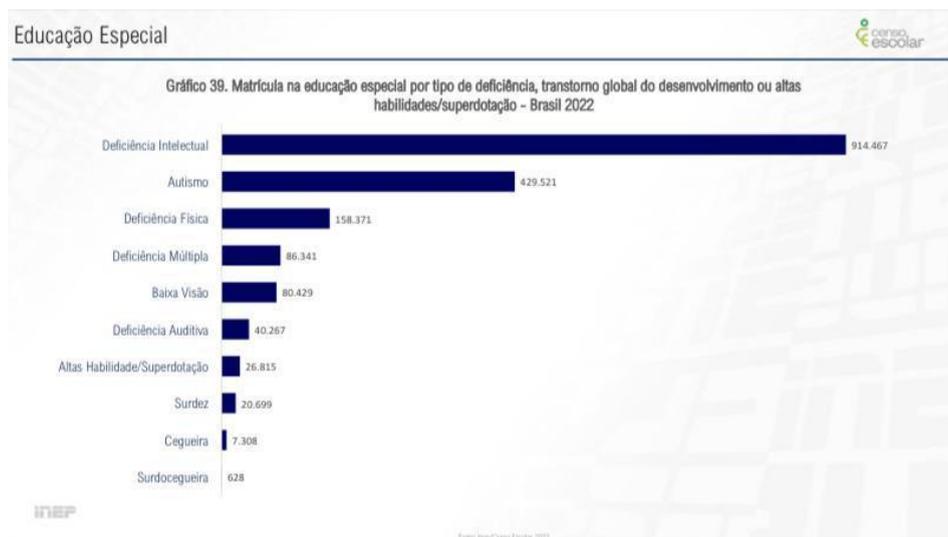
Continuando esta análise, abaixo irá constar o número de alunos com deficiência matriculados no ensino médio.



(Fonte: INEP - Censo escolar 2022)

Novamente temos a mesma conclusão ao vermos o aumento do número de matrículas em classes comuns de alunos com deficiência e ainda podemos observar que neste gráfico o número de matrículas nas escolas especiais tornou-se ainda mais estável do que nos gráficos anteriores.

Isso nos faz observar que não só na educação infantil que este aluno que apresenta uma outra demanda tem chegado, mas sim em toda rede de ensino. Entendendo que as escolas são divididas por séries podemos pensar também que se faz necessário não somente um professor que vai estar preparado para receber esse aluno mas também, em como deve haver melhorias em toda a estrutura física das escolas, sabendo que nesses dados são somatizados todos os tipos de deficiência sejam elas físicas ou intelectuais. O censo ainda vai nos trazer dados mais detalhados desse público focado em suas deficiências de fato.



(Fonte: INEP - Censo escolar 2022)

O gráfico nos apresenta um número muito significativo de acordo com a quantidade do número de matrículas de alunos com deficiência intelectual. É disparado maior em relação a outras deficiências e neste caso podemos pensar dentro de todo o contexto de como hoje tem sido mais fácil a realização de um diagnóstico dessas deficiências e como o ensino tem sido menos segregado para esse público.

Trazer dados reais das matrículas desses alunos nas redes nos faz perceber o quanto a questão da inclusão é um assunto real e que deve ser tratado com urgência dentro das licenciaturas, das escolas e da sociedade que somos todos nós. Não dá mais para tratar a inclusão como um assunto isolado e que deve ser pensado somente por pedagogos e escolas de ensino básico, temos o mapeamento de todo o ensino que esse aluno irá percorrer e referente a isso a inclusão torna-se uma questão de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender que a educação inclusiva não é uma receita de bolo, que a formação na universidade não vai te dar todas as ferramentas necessárias para ensinar em uma sala de aula heterogênea é a base para que se minimize tanto a decepção do aluno como a do próprio professor. A educação tem como ponto de partida o reconhecimento das diferenças, sejam elas, físicas, intelectuais ou de cor e de gênero. É necessário compreender que o ambiente escolar forma cidadãos e que o lidar com o diferente pode resultar em uma maneira melhor de construir a sociedade.

Teoricamente, mais um curso de formação/extensão não será o que de fato vai tornar esse professor inclusivo, porém, o conhecimento é indispensável mas, só a prática de fato vai ser o diferencial necessário. Ter cursos de formação que só qualificam os professores para a sala de aula apenas a partir de cursos ocorridos no âmbito da universidade até pode contribuir com a formação do professor, mas não é a única alternativa.

De um lado temos que intensificar o investimento maciço em direção a uma formação qualificadora, de outro deve-se também atender às demandas de cada professor, buscando evidenciar com quais situações ele está lidando na prática, qual é a sua forma de aprender, e como ele vai ensinar para assim qualificar os seus conhecimentos pedagógicos.

Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional. (MANTOAN 2003, P,43)

A inclusão vem de uma mudança de paradigmas, uma universalização de conhecimento e de uma forte adesão às novas práticas pelas escolas. As alternativas como cooperação, autonomia e aprendizagens ativas são condições que proporcionam um melhor desenvolvimento no processo de aperfeiçoamento dos professores. O compartilhamento de informações do saber, são alternativas que promovem a inclusão sob a luz do conhecimento científico e interdisciplinar. O diálogo entre professores para juntos encontrarem maneiras de ensinar a determinado grupo de alunos é super importante, não que o aluno com deficiência

seja o mediador entre o ensino que está sendo proposto mas, através da dificuldade dele o professor poderá repensar sua metodologia didática este aluno vai servir como um indicador importante para se avaliar o a qualidade da didática daquele professor.

O foco da formação continuada é dar a esse professor ferramentas que o capacitem a resolver problemas do dia a dia de forma a analisar o pilar da educação que é ensinar a toda turma sem exceções.

O sucesso dessa proposta de formação nas escolas aponta como indicadores: o reconhecimento e a valorização das diferenças, como elemento enriquecedor do processo de ensino—aprendizagem; professores conscientes do modo como atuam, para promover a aprendizagem de todos os alunos; cooperação entre os implicados no processo educativo, dentro e fora da escola; valorização do processo sobre o produto da aprendizagem; e enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitam a construção coletiva do conhecimento. (MANTOAN 2003, P,47)

Pensar a inclusão como um sonho possível é importante e um caminho sem volta, embora o assunto possa assustar assim como toda mudança, temos que entender o valor da inclusão como uma experiência que atenda as demandas de nossos alunos do ensino infantil até a universidade.

É na escola que se prepara o futuro e é de imensa importância que as crianças aprendam desde cedo a valorização e a conscientizá-los a conviver com as diferenças. Isso fará com que as próximas gerações sejam muito melhor que a atual. O movimento inclusivo vem para romper com a visão conservadora que acompanha nossa educação desde sempre.

Deste modo, entendo que a educação inclusiva depende de uma mudança do que venha ser as práticas pedagógicas atuais com as que se permitam adaptar-se ao novo. Segregar todo sonho da inclusão escolar em apenas algumas escolas modelos nos abre duas questões a serem pensadas e refletidas, a primeira é que de fato isso nos traz otimismo e segurança para se pensar na eficiência da inclusão, e por outro lado, também devemos pegar esses exemplos para assim buscar expandi-los.

Assim como iniciei essa discussão no primeiro capítulo deste trabalho de fato podemos pensar a inclusão como um direito de todos.

Anexos: Menu  Buscar**Crescer** | Educação Entrar

ASSINE

Escola proíbe que crianças com deficiência façam rematrícula, para não "baixar o nível" da instituição

Em um comunicado enviado às famílias, oito alunos com deficiência de um colégio de Buenos Aires foram convidados a "se retirar" da instituição. Segundo a diretoria, o objetivo da decisão é manter o padrão da excelência das turmas

Por Crescer Online

12/10/2022 06h42 - Atualizado há 7 meses



Fonte: disponível em [Escola proíbe que crianças com deficiência façam rematrícula, para não "baixar o nível" da instituição | Educação | Crescer \(globo.com\)](https://crescer.globo.com/educacao/noticia/2022/10/12/escola-proibe-que-criancas-com-deficiencia-facem-rematricula-para-nao-baixar-o-nivel-da-instituicao-educacao-crescer-globo-com) acesso em 30 mai 2023

Colégio é condenado a pagar R\$ 5 mil por não aceitar matrícula de criança com autismo, na PB

Colégio da rede privada de Campina Grande alegou falta de vagas para matricular o aluno na instituição.

Por g1 PB

24/03/2023 14h17 · Atualizado há um mês



Fonte: disponível em [Colégio é condenado a pagar R\\$ 5 mil por não aceitar matrícula de criança com autismo, na PB | Paraíba | G1 \(globo.com\)](#) acesso em 30 mai 2023



nanismo
BRASIL

EN PT ES



Notícias @ Catherine Moraes

março 21, 2023 11:58 am

Sem Comentários

Família denuncia que criança com nanismo é impedida de frequentar aula em Porto Seguro



Fonte: disponível em [Família denuncia que criança com nanismo é impedida de frequentar aula em Porto Seguro - INN - Instituto Nacional de Nanismo](#) acesso em 30 mai 2023

Bibliografia:

Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem / Organizadores Márcia Denise Pletsch... et al. — Campos dos Goytacazes (RJ):

Encontrografia, 2021.104 p. (Coleção Acessibilidade e Desenho Universal na Educação ISBN da Coleção: 978-65-88977-31-6)

ADIORON, Fábio. Receita de Inclusão. Diversa. Uma Iniciativa Instituto Rodrigo Mendes 10/2022. disponível em <
<https://diversa.org.br/artigos/receita-de-inclusao/#:~:text=Receita%20de%20inclus%C3%A3o%3F%201%20Ingredientes%20%2030%20a,O%20papel%20da%20escola%20para%20a%20inclus%C3%A3o%20>> acesso em 14/04/2023

BRAGA, Elayne de Moura. Os elementos do processo de ensino-aprendizagem: Da sala de aula à educação mediada pelas tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs). Revista Vozes do Vale. Nº 2. Ano 1. ISSN: 2238-6424. UFVJM. Diamantina. 2012. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar/volume-ii/>> Acesso em: 6 jan. 2023

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2022.

COSTA, Denise Ferreira da; MACIEL, Solange Mantanher da Costa; MIGUEL, Eliana Alves; OLIVEIRA, Maria Ferreira da Silva; TUCHINSKI, Carla Maria Fernandes; WATHIER, Juliana Costa. “EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Breve Contexto Histórico das Mudanças de paradigmas”. Semana acadêmica. Disponível em:

(link).https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_inclusiva_breve_contexto_historico_das_mudancas_de_paradigmas.pdf

DINIZ, D. BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. In: Revista Internacional de Direitos Humanos. v. 6. n. 11, p. 65-77, 2009.

GALERY, Augusto. O que é (e o que não é) inclusão. In: GALERY, Augusto. A escola para todos e para cada um. São Paulo: Summus, 2017.

KELMAN, Celeste Azulay; MARTINS, Mônica Astuto; TAVEIRA, Cristiane. Práticas escolares de ensino: políticas públicas em diálogo com a realidade na educação de surdos. In: ALMEIDA, Maria Isabel et al. Políticas educacionais e impactos na escola e na sala de aula [recurso eletrônico]. Araraquara, SP : Junqueira & Marin, 2012.

LEITE, Flavia Piva Almeida. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: amplitude conceitual. Revista de Direito Brasileira. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 31-53, jul/dez

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. O povo do olho: uma discussão sobre a experiência visual e surdez. In: LEBEDEFF, Tatiana Bolivar (Org.). Letramento visual e surdez. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017. p. 226-251.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan - São Paulo: Moderna, 2003 / (Coleção Cotidiano Escolar)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, janeiro de 2008. Disponível em <EDUCAO INCLUSIVA: POLITICA NACIONAL DE EDUCAO ESPECIAL (mec.gov.br). Acesso em < 13 jun.2022>.

MELLO, A.M.S.R. Autismo e Integração. In: MANTOAN, M. T. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. p. 13-17.

Menezes, Rogério Félix de; Ribeiro Feitosa Lima, Patrícia; Ferreira Rodrigues, Bárbara

Suellen Ensino de História: uma proposta de aula na perspectiva da inclusão Research, Society and Development, vol. 8, núm. 8, 2019 Universidade Federal de Itajubá, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662199002> DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i8.1132>

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima; Oliveira, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. /Legislações e Políticas Públicas em educação Inclusiva. 2ª Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009 184 p.

DE AZEVEDO, Patricia Bastos; MATTOS, Camilla Oliveira. Ensino de história para alunos surdos: a construção de conhecimento histórico a partir de sequências didáticas. PerCursos, v. 18, n. 38, p. 112-133, 2017.

PEDROSO, Cristina Cinto Araujo; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Inclusão de alunos surdos no Ensino Médio: Organização do ensino como objeto de análise. Nuances: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 19, n. 20, p. 135-155, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/985/986>> Acesso em: 6 jan. 2023

PESQUISA DATAFOLHA ENCOMENDADA PELO INSTITUTO ALANA, 15 jul 2019 < disponível em: [alana_relatorio_v2](#)>

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri [et al.] In Educação especial: do querer ao fazer. Organizadoras Maria Luiza Sprovieri Ribeiro, Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel (Orgs.). São Paulo: Avercamp, 2003.

RODRIGUES, Armindo J. [et al.] In Educação especial: do querer ao fazer. Organizadoras Maria Luiza Sprovieri Ribeiro, Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel (Orgs.). São Paulo: Avercamp, 2003.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. Legislações e políticas públicas em Educação Inclusiva. 2ª. Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A. , 2009

Seffner, Fernando. “Das (possíveis) perversas faces das políticas de inclusão escolar: o que o ensino de História tem a ver com isso”. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

SILVA, Luís Henrique da “Inclusão Escolar: novos desafios ao ensino de História”
Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 2, n. 1, fev. 2015.

TEIXEIRA, Moisés Pires. Formação continuada de professores: o ensino de História numa perspectiva inclusiva. 2020. 140p. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Ensino de História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais / Mestrado Profissional - PROFHISTÓRIA / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

VASCONCELOS, José Antônio. Metodologia do ensino de História. Editora Intersaberes. Curitiba/PR, 2012.

Fontes de jornais:

[Escola proíbe que crianças com deficiência façam rematrícula, para não "baixar o nível" da instituição | Educação | Crescer \(globo.com\)](#)

[Colégio é condenado a pagar R\\$ 5 mil por não aceitar matrícula de criança com autismo, na PB | Paraíba | G1 \(globo.com\)](#)

[Família denuncia que criança com nanismo é impedida de frequentar aula em Porto Seguro - INN - Instituto Nacional de Nanismo](#)

Currículo das universidades mencionadas

UFRRJ: [\(Microsoft Word - HIST\323RIA UFRRJ GRADE LICENCIATURA\)](#)

UERJ [Z:\FLUXOS\2015_2\HISLIC.GFC \(uerj.br\)](#)

PUC: [PUC-Rio - Graduação - História](#)

ESTÁCIO DE SÁ: [Curso de Licenciatura em História | Estácio \(estacio.br\)](#)